

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL

Recebido em: 25/04/2023

Aceito em: 28/05/2024

DOI: 10.25110/rcjs.v26i2.2023-9565



Izadora Vieira ¹
Maria Cristina Piana ²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa que analisou por meio de um estudo bibliográfico e de campo a história da educação brasileira, da criança e da família na sociedade ao longo do tempo. Contudo, esse artigo traz um recorte para a garantia do direito ao desenvolvimento integral da criança na educação infantil durante o período de pandemia Covid-19, quais foram os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas pelas educadoras durante o momento de aulas remotas e do cenário encontrado na volta às aulas presenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Integral da Criança; Educação Infantil; Pandemia Covid-19.

THE RIGHT TO COMPREHENSIVE CHILD DEVELOPMENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL

ABSTRACT: The objective of this article is to present part of the results of a research that was analyzed through a bibliographical and field study of the history of Brazilian education, of the child and of the family in society over time. However, this article outlines a cut for the guarantee of the right to the integral child development in child education during the period of the Covid-19 pandemic, which are the challenges faced and the strategies used by educators during the time of remote classrooms and the scenario encountered on the return of face-to-face classes.

KEYWORDS: Integral Child Development; Child education; Covid-19 pandemic.

INTRODUÇÃO

A relevância desse trabalho se dá perante os impactos que a pandemia da Covid-19 (situação contextualizada no item 2), teve para com todas as áreas da sociedade, em especial na educação básica. Fazendo-se necessário uma análise de como as instituições

¹ Bacharela em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp, Campus de Franca/SP. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado, pela mesma universidade. Assistente Social na Secretaria de Educação do município de Franca/SP.

E-mail: izadora.vieira@unesp.br

² Pós doutora em Educação pela UFSCAR, Docente do Departamento de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp, Campus de Franca/SP. E-mail: cristina.piana@unesp.br

educacionais enfrentaram os desafios impostos pela condição sanitária somada ao isolamento social exigido para o momento e quais estratégias são necessárias para o enfrentamento do pós-pandemia.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa no término do Curso de Serviço Social, onde analisou a relação família e escola na educação infantil, com crianças de 4 a 5 anos e os impactos no desenvolvimento integral das mesmas no contexto pandêmico da Covid-19.

A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico sobre a história da infância, da educação infantil e da família ao longo dos séculos, juntamente com a pesquisa de campo que entrevistou profissionais de uma Escola Municipal de Educação Infantil, de uma cidade paulista de pequeno porte, pois objetivou compreender como foi o ensino da educação infantil durante o período pandêmico e quais foram as estratégias e desafios enfrentados.

Nesse estudo buscou-se entender como ocorreu o direito ao desenvolvimento integral da criança na educação infantil durante o período de pandemia Covid-19, direito este que é pautado em diversas leis federais, perante os diversos desafios impostos pelo contexto social, econômico e político vigente, pois, com a Lei 8.069 de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança passou a ser responsabilidade do Estado, família e sociedade, prioridade absoluta e ainda como sujeito de direitos, a infância passou a ser, inclusive, um direito de todas elas.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente são marcos importantíssimos para os direitos da criança e do adolescente no Brasil, assim como, posteriormente a Lei Nº 9.394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação e é por meio dessas legislações que este trabalho fundamenta suas reflexões.

Segundo a Constituição Federal no art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 2 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Também no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 53. “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao **pleno desenvolvimento de sua pessoa**, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Tendo em vista tais legislações que embasam o desenvolvimento integral da criança e o contexto pandêmico que exigiu um isolamento social e o fechamento das escolas, fazendo com que a educação tenha sido um dos setores a sofrer mudanças drásticas e exigindo que estratégias fossem tomadas para a continuação das atividades escolares, a educação em todas as suas etapas teve que buscar alternativas de ensino e aprendizagem. A opção escolhida foi continuar o ensino por meio das atividades remotas em todas as etapas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, diante da primeira portaria do Ministério da Educação, de Nº 343, de 17 de março de 2020, que dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19.

Sendo assim, educadores, familiares e alunos enfrentaram e continuam enfrentando ainda hoje, as consequências que o isolamento social e o ensino remoto trouxeram para a sociedade contemporânea, fazendo-se necessária a construção de estratégias pedagógicas para minimizar tais impactos.

1 ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Durante o final do ano de 2019 foi notificado na China o surgimento de um novo vírus que causava uma síndrome respiratória aguda grave, sem muito conhecimento sobre este novo agente infeccioso, pesquisadores e profissionais da saúde começaram a investigá-lo, a fim de entender seu funcionamento e sua gravidade.

Já no começo de 2020 os noticiários informavam que a transmissibilidade da doença era alta, assim como a gravidade da pneumonia causada por ela, o que levou as Organizações Sanitárias, como a Organização Mundial da Saúde a ficarem em estado de alerta sobre a possibilidade de uma nova emergência sanitária, inclusive para começarem a tomar as medidas de proteção necessárias em relação à doença.

Em 22 de janeiro, a OMS convocou a primeira reunião do Comitê de Emergências, ainda sob dúvidas se esse surto constituiria ou não uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). No Brasil, a Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde (SVS/MS) ativou mecanismos de resposta já no início de janeiro (Croda & Garcia, 2020; Henriques & Vasconcelos, 2020) e o MS elevou o alerta de emergências para

o nível 2, considerando-o como um perigo iminente, ainda em 28 de janeiro. Nesse momento, na Europa (Itália e França) e nos Estados Unidos (EUA), os primeiros casos de Covid-19, doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, começaram a ser identificados (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021, p. 27).

No dia 30 de janeiro, a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada; e foi em 11 de março, devido à expansão geográfica do vírus, que a OMS declarou que o mundo vivia a primeira pandemia do século XXI (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021, p. 27). A partir desse momento, a vida de todas as pessoas do planeta estava prestes a mudar de maneira drástica e todos precisariam encontrar uma nova forma de viver no mundo, diferente de tudo o que já se tinha experimentado anteriormente.

Por sua escala global a pandemia transformou o mundo em um grande laboratório em que diferentes processos estavam sendo testados: novas formas de sociabilização, trabalho, educação, uso de máscaras, tratamentos médicos e vacinas (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021, p. 28). Os impactos que a pandemia Covid-19 ocasionou e ainda está ocasionando no âmbito da vida social é indiscutível, assim como os efeitos psicológicos, o medo, a insegurança e todo o processo de luto pelo qual o mundo todo passou durante os últimos anos, tornando as sequelas inumeráveis.

No momento em que a pandemia estava avançando, ainda que não declarada dessa forma pelas organizações da saúde, o Brasil realizava uma de suas festas mais populares, conhecida também internacionalmente: o Carnaval. Foi inclusive, na quarta-feira de Cinzas, famosa por decretar o fim do momento festivo brasileiro, em 26 de fevereiro de 2020, que o país detectou seu primeiro caso da Covid-19.

O Carnaval ocorreu sem interrupções e o Brasil registrou recorde de movimentação de pessoas em 2020 nas principais cidades carnavalescas, como o Rio de Janeiro (Brito, 2020). Foi durante a Quarta-feira de Cinzas, em 26 de fevereiro, que o país detectou o primeiro caso: um homem branco, de 61 anos, que havia voltado de viagem da Itália para a cidade de São Paulo. (VERDÉLIO, 2020 *apud* BUENO; SOUTO; MATTA, 2021, p. 28).

Nesse sentido, há de se pensar então sobre os impactos da Covid-19 na Educação Infantil brasileira, assim como o agravamento de questões que já assolavam esta sociedade anteriormente à pandemia, entendendo como ela atingiu de maneira diferente determinadas parcelas da população.

O acesso à educação já acontecia de maneira desigual no Brasil, devido a diversos fatores, tais como: políticas públicas que garantam o acesso, transporte público,

vagas na escola mais próxima, interesse escolar etc. Assim como a questão das macrorregiões brasileiras, o quesito raça/cor e a questão socioeconômica são fatores importantes a serem observados na exclusão escolar, agravada ainda mais no contexto pandêmico.

De acordo com o Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância:

A exclusão escolar afetava principalmente quem já vivia em situação mais vulnerável. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas. Proporcionalmente, a exclusão afetava mais as regiões Norte e Centro-Oeste. E, de cada 10 crianças e adolescentes fora da escola, 6 viviam em famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo. A desigualdade social presente em nossa sociedade se reproduzia ao olhar para a exclusão escolar. Então chegou a pandemia da Covid-19 e a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais. Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado (UNICEF, 2021a, p. 5).

A pesquisa do Unicef, demonstra que durante a pandemia Covid-19, a porcentagem de crianças e adolescentes fora da escola aumentou demasiadamente, o que é extremamente preocupante para a educação brasileira, a qual corre o risco de voltar aos mesmos índices de frequência do passado, antes das legislações e das políticas públicas que respaldam a educação brasileira.

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia. Os números são alarmantes e trazem um alerta urgente. O País corre o risco de regredir mais de duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação (UNICEF, 2021a, p. 5).

A educação que corresponde à idade de 6 a 10 anos foi a que recebeu mais atenção e respaldo governamental ao longo dos últimos anos, correspondente aos primeiros anos do Ensino Fundamental, por isso o fato dela estar praticamente universalizada antes da pandemia e de atualmente 40% das crianças fora da escola serem dessa faixa etária é extremamente preocupante para o cenário brasileiro, pois sim, representa retrocesso.

A parcela da população que mais se encontrava excluída das escolas eram as faixas etárias correspondentes à Educação Infantil, 4 e 5 anos e ao Ensino Médio, de 15

a 17 anos, devido ao fato de que a escolarização obrigatória dessa faixa etária foi estabelecida apenas em 2009.

No Brasil, estima-se que quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A maioria nas faixas etárias de 15 a 17 anos, idade na qual todos deveriam estar cursando o Ensino Médio, e de 4 e 5 anos, que corresponde à Pré-Escola, segundo grupo etário da Educação Infantil (UNICEF, 2021a, p. 11).

Outro fator que contribui para a desigualdade do acesso escolar é o fato de que muitas famílias vivem em áreas rurais e dependem das políticas públicas e sociais que permitam o acesso das crianças e também das famílias, ao espaço escolar, como o transporte, por exemplo, importante fator que determina o acesso ou não das crianças às escolas em meios urbanos.

A educação é direito constitucional de todos e dever do Estado, portanto o município precisa ofertar transporte para esta parcela da população, levando em consideração que o não acesso à escola ocasiona impactos na vida das crianças e de suas famílias.

As desigualdades de acesso a bens sociais, culturais e econômicos entre as áreas urbanas e rurais são bastante conhecidas, e a escola é, muitas vezes, o único lugar de convívio e socialização fora da família. A manutenção dessas desigualdades pode representar impactos importantes na vida de cada uma das crianças e das(os) adolescentes, de suas comunidades e de toda a sociedade (UNICEF, 2021a, p. 20).

Dentro do contexto pandêmico o acesso das famílias que vivem em áreas rurais até o espaço escolar para a busca de atividades e manutenção do vínculo com a escola, devido à distância e outras dificuldades encontradas ficou bastante comprometido.

Assim sendo, a situação das crianças e adolescentes da área rural em relação à escolarização durante a pandemia se agravou ainda mais, principalmente levando em consideração que a exclusão escolar dessa população já era alta anteriormente. Segundo o Unicef (2021a, p. 20) “Em todo o Brasil, crianças e adolescentes vivendo nas áreas rurais são as(os) mais afetada(o)s pela exclusão escolar. No ano de 2019, mais de 10% das crianças de 4 e 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos nessas localidades estavam fora da escola”.

Também se chama a atenção para a necessidade de construção de políticas públicas que diminuam a desigualdade do acesso à educação de qualidade perante o quesito da cor da pele e o fim da normalização desses fatores.

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são as(os) mais atingidas(os) pela exclusão escolar. Juntos, elas(es) somam mais de 70% entre aquelas(es) que estão fora da escola. É sabido que suas trajetórias escolares também são marcadas pela exclusão: as reprovações e a distorção idade-série incidem sobre negras(os) e indígenas muito mais do que sobre brancos. Não é surpreendente constatar que essas parcelas da população estejam mais fora da escola do que a população branca (UNICEF, 2021a, p. 26).

Também existe uma forte relação entre a pobreza e a exclusão escolar, sobretudo quando se leva em consideração o fato de que “a maioria dos que vivem com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo são as famílias pretas, pardas e indígenas, correspondentes a 61,9%”, segundo o Unicef, (2021a, p. 26) e são eles que mais estão afastados da escola.

No quesito Educação Infantil, “entre as 384.475 famílias com crianças de 4 e 5 anos fora da escola, 225.825 (58,7%) têm uma renda per capita de até ½ salário mínimo, enquanto 3.312 (0,9%), de mais de três salários mínimos”, também de acordo com os dados do Unicef (a2021, p. 26).

Por esse motivo, um olhar mais acirrado para investimentos na política de educação é necessário, pois sem ele os enfrentamentos das consequências da pandemia Covid-19 serão ainda mais dificultosos e desafiadores.

A longo prazo, a interrupção das práticas educacionais impacta profundamente o desenvolvimento de uma geração, acarretando o aumento das desigualdades e dos contrastes sociais. [...] Em qualquer emergência ou crise humanitária, as escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a reabrir. O fechamento das escolas somente deve ser considerado quando não houver outras alternativas (UNICEF, 2021b, p. 8).

A pandemia da Covid-19 certamente acarretou mudanças e consequências arrasadoras para o século XXI e que perdurará ainda por algumas décadas. O âmbito educacional foi fortemente atingido, provavelmente como nunca antes, o que refletirá em demasia em outros setores da sociedade, pois a educação, em todos os níveis, constitui o tipo de sociedade em que se vive.

2 DESAFIOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO PANDÊMICO.

A estratégia utilizada pela educação durante o período de isolamento social ocasionado pela pandemia Covid-19 foi o ensino remoto, o qual ocasionou diversas dificuldades e desafios para a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes brasileiros.

Os aparelhos tecnológicos foram uma das estratégias e caminhos para que a escola permanecesse em contato com as crianças e seus familiares, mas com a desigualdade social que o Brasil convive desde seus primórdios, agravada ainda mais pela situação pandêmica, muitas famílias não possuíam computadores, celulares ou internet banda larga para realizarem as atividades remotas oferecidas pela escola.

Esse fator provocou o afastamento de diversas famílias e crianças do contato com espaço escolar, mesmo que esse tenha sido remoto, das atividades e do processo pedagógico, o que impactou fortemente no desenvolvimento integral dessas crianças, contribuindo inclusive com o aumento da evasão escolar durante as aulas remotas e na volta às aulas presenciais.

O contexto de pandemia Covid-19 foi trazido neste trabalho por meio da pesquisa de campo realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil de uma cidade de pequeno porte, no interior do Estado de São Paulo, no momento em que o retorno às aulas já estava acontecendo, após quase dois anos com as portas fechadas. Em meados de setembro de 2021 as crianças começaram a retornar para o espaço escolar. Sem a pandemia ter chegado ao fim, o retorno não foi com 100% dos alunos, a escola realizava rodízios entre as turmas, visando um retorno seguro e possível para a realidade do município.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município pesquisado possui uma população estimada de 9.163 pessoas em 2021, por esse motivo, possui apenas uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), que assume crianças de 4 e 5 anos, espaço desta pesquisa.

A entrevista foi realizada em grupo, por meio de perguntas semiestruturadas, de forma presencial com as profissionais da referida escola, sendo elas: duas professoras, uma do Jardim I, que ministra aulas para crianças de 4 anos, e outra do Jardim II, com crianças de 5 anos, a coordenadora pedagógica e a diretora da educação infantil municipal. As falas foram gravadas em áudio, com a autorização das participantes, as

quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unesp, campus de Franca.

Os nomes das participantes foram substituídos por nomes fantasias de deusas gregas, sendo elas: Atena, Afrodite, Ártemis e Gaia. Levando-se em consideração que todas as entrevistadas são mulheres, visto que historicamente, a educação as teve na linha de frente, anteriormente relacionada ao cuidado, mas que atualmente representa um espaço de possibilidades, de transformações, de conhecimentos e de muita luta.

A pandemia Covid-19 influenciou e abalou sem dúvidas tanto os espaços públicos quanto os privados, as relações sociais e principalmente as relações familiares. Além de também ter mudado de maneira drástica a situação dos professores brasileiros, que se viram em uma situação na qual precisariam pensar em estratégias e rever suas maneiras de ensinar, em um momento de extrema tensão e ansiedade pela qual todo o mundo passava.

Quem trabalha com educação sabe que o modo como os professores e outros profissionais da unidade educacional entendem as exigências de seu trabalho influi em seu modo de trabalhar. A crise sanitária global que abalou todos os setores das sociedades, dentre eles o setor escolar, deixou educandos, professores e gestores desorientados e ansiosos (OLIVEIRA, 2020, p. 6).

No primeiro momento a questão sobre como o desenvolvimento integral da criança é visto pelas participantes da pesquisa e como elas o percebem, Atena respondeu chamando a atenção para o fato de que todos os aspectos que envolvem a criança irão interferir no seu desenvolvimento: “É tudo está interligado né, quando algo não vai bem no social, vai refletir também no cognitivo, ou vice-versa, no cognitivo vai refletir no social, às vezes na família não, mas com os coleguinhas. Então tudo está interligado”.

Afrodite, nessa questão, elucidou a tecnologia, que atualmente e principalmente em um contexto pandêmico, refletiu de maneira importante o desenvolvimento integral das crianças, principalmente no que diz respeito à sua concentração e sua coordenação motora.

[...] E eu vejo, de uns anos pra cá, esses problemas aumentando, porque por exemplo, a criança hoje, com o que ela brinca? Com o celular. Então ela começou a ter outros déficits de atenção, no processo de aprendizagem, na coordenação da escrita. Acho que isso também reflete (AFRODITE).

Ártemis chamou a atenção para a coordenação motora grossa, aquela em que as crianças desenvolvem ao brincar fora de casa, na rua ou em espaços de lazer, mesmo dentro da escola, através de brincadeiras que necessitam de equilíbrio, mobilidade e agilidade.

A coordenação motora grossa eles não têm mais, de jogar bola, pular corda, isso eles não têm mais (ÁRTEMIS).

Percebe-se também o fato de que a concentração está intimamente ligada à impaciência das crianças, potencializada pela tecnologia que ocasiona a ansiedade e a possibilidade de se ter tudo na mão na hora que quer, fazendo com que eles não consigam se concentrar por grandes períodos em atividades simples.

E é algo que eu percebo também que mudou muito, é que as crianças e a gente sabe que quanto menor, menos tempo elas conseguem se concentrar em uma atividade. Mas eu percebo que esse tempo vem diminuindo cada vez mais. Por exemplo, eles vão fazer um desenho e em dois minutos “Tia, acabei”. Ou vai fazer outra atividade, “Tia, acabei”, porque no celular é assim: eles tão vendo um vídeo, e eles não têm paciência de ver até o fim, eles já vão nas outras opções de vídeos que têm, já clicam nelas e começam outro. Aquilo não interessou, eles já vão pro outro. Eles não têm mais paciência (ATENA).

Nesse momento da entrevista, as participantes trazem uma pauta bastante pertinente no século XXI, que é o quanto as telas refletem e muitas vezes, mais prejudicam do que otimizam o desenvolvimento integral da criança, apesar da tecnologia ser uma ferramenta importante e ter contribuído demasiadamente para a educação no período de pandemia Covid-19, entretanto há uma contradição, como nos coloca Atena:

[...] teve o lado bom na questão da tecnologia, principalmente pra nós professoras, hoje eu falo assim, na sala de aula você tem opção toda hora de quando você falar um assunto diferente, se não entendeu, na hora você já coloca um vídeo, uma musiquinha, nas aulas remotas a gente tinha mais esse recurso. Mas também é complicado por essa questão aí, de que eles se habituaram demais com o celular, os pais deram demais o celular para a criança (ATENA).

Durante o período pandêmico observou-se um uso massivo das telas por todas as parcelas da população, em qualquer idade, exatamente pelo fato de que todos os tipos de relações sociais, o contato físico, a conversa face a face nos foi tirado e a fonte de distração, de prazer e até mesmo de contato social, mesmo que apenas virtualmente, que nos restou foram as telas.

Inclusive as atividades remotas, utilizando-se telas de computadores e celulares, foi a opção encontrada pela educação para que fosse possível a continuidade do processo de aprendizagem, durante o período de pandemia, o que causou bastante indagações aos profissionais da educação sobre como realizar as atividades de uma maneira que não sobrecarregasse as crianças e também não aumentasse ainda mais seu tempo de exposição às telas.

A questão da exposição das crianças às telas, fator de questionamento intenso tanto de profissionais da saúde e educação quanto das famílias com relação às propostas remotas para a Educação Infantil, também foi alvo de preocupação e reflexo sobre o que estávamos propondo para crianças entre 1 e 4 anos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria, até os 2 anos as telas não são indicadas a não ser para contato com pessoas próximas que estão distantes. De 2 a 4 anos, não devem superar uma hora por dia, com conteúdos de alta qualidade e na companhia dos pais (ABBUD, 2020, p. 21).

Portanto, houve a necessidade de que os professores pensassem nas atividades que seriam transmitidas às crianças, em seus conteúdos, para que fossem interessantes e instigantes a elas, que capturassem sua atenção e produzissem um processo pedagógico que possibilitasse desenvolvimentos e habilidades e que não as deixassem passivas em relação às telas, como os vídeos deixam.

Dessa forma, a criança era colocada pelas propostas em posição ativa, e não passiva, por meio de atividades apropriadas e significativas para a faixa etária e para um grupo cujos interesses e características a professora ou o professor pôde conhecer no início do ano letivo. Assim, a qualidade da tela que foi oferecida nesse momento às crianças dependeu da escola e da atuação dos professores na seleção do que e como propor nos vídeos (ABBUD, 2020, p. 22).

As entrevistadas expõem o quanto o excesso de telas é prejudicial para o desenvolvimento integral das crianças, mesmo antes da pandemia a geração atual já passava muito mais tempo sobre elas do que interagindo socialmente, as brincadeiras são jogos eletrônicos e vai se perdendo habilidades importantes em consequência disso. Como nos relata Ártemis, a própria coordenação motora que se desenvolve nessa faixa etária está sendo perdida, habilidades como pular corda, jogar bola, somadas às dificuldades de convívio social.

Atena nos relata a falta de paciência e concentração que as crianças têm apresentado ultimamente, principalmente no processo de volta às aulas, pois a tecnologia

é muito rápida, certa, na hora, não exige uma construção, um processo e nem mesmo uma concentração muito profunda, dessa forma, ela acaba contribuindo para o desenvolvimento da ansiedade e da impaciência.

A tecnologia também prejudica o processo das relações sociais, da interação, da convivência comunitária, dificuldade potencializada ainda mais pela pandemia Covid-19, na qual as crianças e os indivíduos sociais como um todo se tornaram cada vez mais individualistas, mais introvertidos em seus próprios mundos, ou no caso, em suas próprias casas, que são ambientes privados.

As relações sociais fazem parte do processo de desenvolvimento integral do ser humano, da formação de seres sociais que saberão conviver socialmente, democraticamente, com respeito e empatia.

Como exposto acima, a pandemia Covid-19 se mostrou um momento de bastante desafios e perdas decorrentes do distanciamento social, principalmente para as crianças pequenas, pois a infância é uma fase de desenvolvimento na qual precisam socializar, o tato é importante para seu desenvolvimento, o diálogo, essa é uma fase em que elas começam a trabalhar suas relações sociais. Fato que foi extremamente prejudicado pelo contexto atual, privando-as do direito ao desenvolvimento integral de si mesmas.

Seguindo nesta linha, as entrevistadas, ao serem indagadas sobre como estavam sendo realizadas as atividades dentro do projeto político e pedagógico com as crianças de 4 a 5 anos durante o período de pandemia, assim como estava se dando no momento de retorno às aulas presenciais, Gaia respondeu:

Elas criaram um grupo da sala no *whatsapp*, cada professora tinha um grupo (GAIA).

Ao passo que Atena completou:

Em que os pais participavam, porque como eles são pequenos os pais que são a ponte. Nós gravávamos as aulas, os vídeos e os pais explicavam e participavam. No início nós esperávamos que a pandemia não fosse durar muito tempo, então optamos por não trabalhar o material impresso, as apostilas, caso voltasse, porque a gente sabe que em casa não é como na escola. Mas como foi demorando muito, depois nós usamos. Mas eles gravavam as aulinhas, mandavam os vídeos pra gente e daquele jeito, Tem os pais que mesmo remotamente fizeram tudo direitinho, orientaram os filhos e teve aqueles que não fizeram nada (ATENA).

Nesse momento surge a questão de que as atividades proporcionadas pelas professoras só eram passíveis de serem realizadas pelas crianças caso os pais proporcionassem essa ponte, esse acesso, já que a faixa etária trabalhada não possui autonomia ainda para terem um celular próprio, nem mesmo o entendimento do que precisaria ser feito, sem o auxílio de um adulto.

O que coloca a questão da participação familiar intrinsecamente ligada às atividades escolares realizadas, por esse motivo, a conversa toma o rumo da participação familiar e as dificuldades encontradas nesse contexto, tendo a necessidade de considerar também uma atenção para todos os dados do Unicef aqui abordados.

Assim sendo, Afrodite apresentou as estratégias realizadas pela escola quando as famílias não possuíam os bens materiais necessários para a realização das atividades remotas, como celular ou acesso à internet Banda Larga, a fim de que o aprendizado das crianças não ficasse prejudicado por esse motivo.

No caso o que a escola fez: deixava o material aqui pras mães virem buscar, então se ela não tinha o meio de um jeito, a gente tentava fazer com que ela viesse pelo outro. Mas também tem a questão do interesse familiar, quando ela não tinha interesse nenhum ela não se preocupava em querer fazer, em querer buscar... Mas eu acho que a maioria teve uma boa participação (AFRODITE).

Todas as participantes da pesquisa concordaram que o interesse familiar era essencial para o processo de aprendizagem das crianças durante o contexto de pandemia Covid-19, alegando que o interesse sempre deve ser permanente, seja de forma presencial ou pelo ensino remoto.

Contudo, Ártemis alerta para uma questão importante a ser analisada a respeito do entendimento da família sobre o que o espaço escolar proporciona e qual a função dele, assim como o desentendimento de qual é a função familiar perante a educação dos filhos, as quais entendem que não possuem obrigação.

Mas ainda tá muito na cabeça das famílias que a educação escolar é apenas da escola, não é da família também (ÁRTEMIS).

O que a participante expõe é o fato de que as famílias não compreendem o processo pedagógico proporcionado pela escola, que elas ainda entendem a escola, principalmente a Educação Infantil, como um espaço apenas de cuidado, como era anteriormente e não de aprendizado.

A pergunta realizada foi sobre as atividades realizadas para as crianças de 4 a 5 anos, mas percebe-se uma perda do foco no momento em que se deparam com a dificuldade da realização dessas atividades em alguns momentos, pela falta da presença da família na escola.

Pode-se analisar vários motivos das dificuldades enfrentadas pelas famílias para realizarem as atividades propostas. O primeiro ponto a ser analisado será o fato de que, como nos coloca Atena, a sala de aula é um ambiente diferente do familiar.

Esse foi um fator determinante para a dificuldade da realização das atividades pelas crianças, assim como na absorção do conteúdo passado pelas professoras, do aproveitamento pedagógico das atividades, porque como sabemos as composições familiares são distintas uma das outras e as realidades de cada criança também, assim como o material que elas possuem para realizar as atividades, o espaço, o tempo, o auxílio dos pais. Na escola, todas possuem o mesmo espaço, os mesmos instrumentos e sobretudo, a professora com as habilidades necessárias para ministrar o ensino.

Nesse sentido, a pesquisadora indagou às participantes se elas entendiam a classe social como determinante para a participação ou não das famílias durante as atividades remotas e todas elas responderam que não necessariamente, no sentido de que mesmo famílias que faziam parte da parcela menos abastada da sociedade participaram, ainda que essa questão fosse um fator de dificuldade para elas.

Tinham mães que até nos emocionavam, às vezes não tinham nada, faziam da parede uma lousinha, colocava uma cadeirinha pra criança, e você percebe que quando essa criança vinha, ela realmente vinha preparada. Tinha aquelas que às vezes a família tinha de tudo, computador, celular... tudo, e ela não se importava em ensinar, trazia todas as atividades prontas só pra se livrar, então não teve a questão da desigualdade como determinante (AFRODITE).

As participantes relatam que dentro do contexto educacional no qual estão inseridas a questão socioeconômica das famílias não foi determinante para a participação ou não das famílias nas atividades escolares, mas que ela pode sim ter determinado muitas dificuldades enfrentadas por elas, como a questão dos materiais necessários para a realização das atividades, um bom celular ou uma boa internet, nos expõe Atena.

Sim, às vezes isso sim dificultou a participação dos menos abastados, porque assim, se eram dois três filhos e a mãe fosse auxiliar à noite, era um celular só, porque na idade dos nossos eles dependiam dos pais pra fazer as atividades. Os pais trabalhavam o dia todo e era a noite que iam ajudar os filhos. Então se tem dois, três filhos, ou se a internet já não é muito boa, então isso sim às vezes

dificultava. Então acredito que a parte social dificultou nessa parte, mas quanto a dedicação, tinham uns que vinham procurar a gente. Eu tive pais que foram até na minha casa, que perguntavam, então tivemos de tudo (ATENA).

Ártemis elucida que todas as atividades passadas para as crianças realizarem foram pensadas com o que os pais tinham em casa, sempre adaptáveis para seus contextos, dentro do possível.

E sempre procurando fazer atividades com o que eles tinham em casa, até mesmo o professor da recreação, dava atividades com coisas que eles tinham em casa, pra todo mundo fazer. Uma atividade de matemática, usava o que tinham em casa (ÁRTEMIS).

Apesar do exposto, podemos destacar que a compreensão da escola perante as dificuldades encontradas pelas famílias é extremamente necessária, não é retirar a responsabilidade da família perante as atividades escolares e sua presença nesse processo de formação de seus filhos, mas entender quais são os contextos em que elas estão inseridas, como elas estão vivendo e sobrevivendo a esse período pandêmico e não cobrar sua participação sem antes entender os motivos de sua ausência.

A partir da exposição das entrevistadas nessa última pergunta, evidencia-se que o desenvolvimento integral da criança foi trabalhado com as atividades propostas pelas professoras, mas sem negar que ele foi comprometido e afetado. Muitas questões emocionais atravessaram tanto as crianças, quanto seus familiares e também as professoras.

O período de isolamento social trouxe e deixou marcas perante as relações sociais, a convivência, os medos e os traumas que perdurarão ainda por alguns anos, como nos colocou uma das participantes. Além do fato de que novas formas de trabalhar e interagir serão necessárias, novas estratégias precisarão ser aderidas no âmbito do Ensino Infantil e em outros também.

Também é preciso destacar que esse momento de pandemia foi bastante peculiar para o desenvolvimento integral da criança por inúmeras questões, sobretudo devido a todas as tensões, as ansiedades pelas quais as crianças passaram, muitas vivendo o processo do luto dentro de suas casas, questões essas que interferem em seu desenvolvimento, principalmente para essa faixa etária que está começando a entender como o mundo funciona e já tão cedo tiveram que enfrentar uma situação tão intensa quanto esta.

Partindo disso, podemos ver que o longo período de interrupção das atividades que vinham sendo feitas em nosso cotidiano irá afetar de modo singular nossa constituição individual, social e profissional. [...] A situação de pandemia traz um impacto emocional significativo nas relações sociais e requer novas formas de interação e trabalho, baseadas em valores construídos pela pessoa (OLIVEIRA, 2020, p. 8).

Então, nesse sentido, as professoras que já realizavam um trabalho de percepção do emocional das crianças, além de lidarem com seu próprio, precisaram e ainda precisarão desenvolver habilidades e estratégias para lidarem com suas próprias ansiedades, com as ansiedades de seus alunos e dos familiares inseridos no espaço escolar.

Uma das participantes, contudo, nos deixa uma mensagem bastante positiva em relação à Educação Infantil; é certo que muitos desafios existem e muitos enfrentamentos precisarão ser feitos em relação a educação brasileira e todos os impactos e consequências que a pandemia da Covid-19 deixará para o século XXI, mas não podemos perder as esperanças nem a força de lutar para que essas dificuldades sejam vencidas.

Ainda há tempo, precisamos nos inspirar nas crianças e incorporarmos personagens que vencerão todos os desafios impostos por esse contexto atual, contudo, precisamos fazer isso juntos, em equipe e parcerias fortes e mútuas, pois ninguém vencerá sozinho. A pesquisadora Oliveira nos demonstra como as crianças enfrentam seus desafios, através das encenações, incorporações de personagens e a crença de que tudo ficará bem.

A encenação é uma atividade em que as crianças expressam sua forma de ver o mundo e a si mesma usando de modo novo objetos e instrumentárias para construir cenários e personagens que os levam a representar cenas de relação no lar, na escola, no ambulatório de saúde, mas também em castelos, no espaço sideral, na floresta. São mães zelosas ou autoritárias, ou os dois, em relação aos bonecos. São heróis sem medo que enfrentam os elementos do mal. São pequenos médicos e enfermeiras que eliminam a Covid para sempre (OLIVEIRA, 2020, p. 17).

Dessa forma, seguindo o exemplo das crianças, não podemos deixar de acreditar que ainda há tempo, mesmo que com muitos desafios a serem enfrentados; e para que enfrentemos tais desafios e dificuldades precisamos conhecê-los e entendê-los, a fim de se buscar estratégias para tal feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os expostos apresentados durante a pesquisa, fica evidente a necessidade da criação de estratégias certeiras e comprometidas para o enfrentamento aos

desafios expostos pelo período pandêmico, já existentes anteriormente, mas potencializados pela condição sanitária que foi vivenciada.

Os resultados da pesquisa, somados aos dados aqui apresentados, evidenciam mais uma vez que é preciso intervir para alterar a situação de escolarização ou de desescolarização de crianças e adolescentes no Brasil, e que isso não se fará apenas esperando o tempo passar, de modo que as crianças e adolescentes cresçam e não estejam mais contempladas nessas estatísticas. Trata-se de um projeto de futuro, que é construção da história e que se realiza no presente. Se o Brasil, cada um de seus estados, cada município, cada escola, cada família, cada criança e cada adolescente pôde conviver com a exclusão até aqui, o cenário imposto pela pandemia a intensifica e exige medidas que busquem o seu enfrentamento (UNICEF, 2021a, p. 51).

Esses dados são importantes para se entender quem são as crianças e os adolescentes que foram os mais atingidos pela exclusão escolar durante o período de pandemia Covid-19: aqueles que já eram atingidos por ela antes da pandemia.

Esse fato requer uma atenção e é trabalho para os profissionais da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Secretaria do Desenvolvimento e políticos, a fim de que articulem estratégias para o enfrentamento da exclusão e evasão escolar no momento de reabertura das escolas, visto que todos enfrentam diversos desafios para trazer estudantes de volta ao espaço escolar, além do prejuízo de aprendizado que foi ocasionado pelos diversos fatores expostos nos itens anteriores.

Em um artigo publicado pelo Unicef em janeiro de 2022, algumas dificuldades a serem enfrentadas já estão bem explícitas.

Em março, marcaremos dois anos de interrupções na educação global relacionadas à covid-19. Resumidamente, estamos diante de uma perda quase sem volta para a escolaridade das crianças”, disse Robert Jenkins, chefe global de Educação do UNICEF. “Embora seja fundamental retomar as aulas presenciais, apenas reabrir as escolas não é suficiente. Os estudantes precisam de apoio intensivo para recuperar a educação perdida. As escolas também devem ir além dos locais de aprendizagem para reconstruir a saúde mental e física das crianças, o desenvolvimento social e a nutrição (UNICEF, 2022a).

Robert afirma que a nutrição é talvez o único acesso à uma alimentação balanceada que muitas crianças e adolescentes têm, devido à desigualdade social e situações de insegurança alimentar que os brasileiros sofrem.

Outro imenso problema que a educação enfrenta na volta às aulas presenciais é a evasão escolar, extremamente agravada após o isolamento social. Assim sendo,

estratégias estão sendo tomadas para a tentativa de trazer esses alunos de volta ao espaço escolar, e uma delas é a busca ativa, como nos coloca o exposto a seguir:

Para apoiar as escolas na oferta de ensino, as redes têm utilizado diferentes estratégias, mensal ou bimestralmente. Entre elas, destaca-se a busca ativa para enfrentar a evasão escolar, realizada por 87% das redes respondentes. Para realizar essa busca, mais de 70% das redes afirmam já utilizar a estratégia da Busca Ativa Escolar proposta pelo UNICEF e a Undime, e outras 15% estão em processo de adesão à estratégia (UNICEF, 2022b).

A questão da lacuna de aprendizado ocasionada pela pandemia Covid-19 também requer uma atenção direcionada, pois diante das diversas dificuldades que familiares e crianças tiveram para conseguirem aderir ao ensino remoto durante dois anos, fala-se de dois anos letivos que o acesso à educação foi mínimo e prejudicado, não sendo ofertado um ensino de qualidade nem apreensão dos conteúdos pedagógicos propostos pela educação brasileira.

Após mais de dois anos de pandemia, as redes municipais de ensino se veem diante de um desafio urgente: a recomposição/recuperação da aprendizagem. É o que revela a oitava onda da pesquisa realizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Itaú Social. Em mais de 85% dos municípios pesquisados, escolas e Secretarias de Educação têm trabalhado juntas para avaliar as lacunas de aprendizagem e criar estratégias para a recomposição de saberes. E os desafios são grandes (UNICEF, 2022b).

Portanto, o direito ao desenvolvimento integral dos indivíduos, ficou extremamente comprometido durante os dois anos de isolamento social e ensino remoto, e esse período de déficit ficará explícito na sociedade brasileira por um bom tempo ao longo do século XXI, especialmente se estratégias de enfrentamento não forem tomadas por todos os âmbitos das políticas públicas para esse sentido.

A educação forma a sociedade em que se vive, então o pensamento deve ser em direção a qual sociedade se quer ter no futuro, no que diz respeito à desigualdade, aos profissionais, aos políticos e principalmente aos seres sociais.

A recuperação das aprendizagens é fundamental para enfrentarmos um cenário de aprofundamento das desigualdades. Os desafios são enormes, mas não impossíveis de serem solucionados. Neste momento, projetos e parcerias bem estruturadas são fundamentais para que as redes e escolas tracem estratégias que vão além de uma aula de reforço e engajem alunas, alunos e suas famílias na rotina escolar” explica Angela Dannemann, superintendente do Itaú Social (UNICEF, 2022b).

Assim sendo, Dannemann afirma o mesmo que as entrevistadas, ou seja, que os desafios são muitos, mas que não são impossíveis de serem enfrentados. É este enfrentamento e essas estratégias que dizem respeito ao futuro do Brasil, portanto precisam ser articuladas em parcerias e o mais rápido possível.

REFERÊNCIAS

ABBUD, I. **Escola, famílias e crianças: continuidade e regularidade**. São Paulo: Biruta, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BUENO, F.T.C.; SOUTO, E.P.; MATTA, G.C. Notas sobre a trajetória da Covid-19 no Brasil. In: MATTA, G.C.; REGO, S.; SOUTO, E.P.; SEGATA, J. orgs. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online] (p. 27-39). Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais enquanto durar a situação de pandemia Covid-19. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.

OLIVEIRA, Z. R. **Quando o retorno é o um novo recomeço**. São Paulo: Biruta, 2020.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Cenpec Educação, Brasil, abril, 2021a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

UNICEF. **Orientações para a reabertura segura das escolas considerando os dados da pandemia de COVID-19:** Guia para gestores de educação e saúde. Brasil, abril, 2021b. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14041/file/guia-gestores-educacao-saude_reabertura-segura-escolas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

UNICEF. **Covid-19:** Extensão da perda na educação no mundo é grave, e é preciso agir para garantir o direito à Educação, alerta UNICEF. Brasil, janeiro, 2022a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>. Acesso em: 19 abr. 2023.

UNICEF. **Recuperação da aprendizagem é prioridade e desafio para a maioria das redes municipais de Educação, revela pesquisa.** Brasil, agosto, 2022b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/recuperacao-da-aprendizagem-prioridade-e-desafio-para-maioria-das-redes-municipais-de-educacao>. Acesso em: 19 abr., 2023.